

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Resende, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Resende, sob a Presidência do Senhor Doutor Manuel Joaquim Garcez Trindade, secretariada pelos membros Senhores Joaquim da Conceição Sousa e Doutor Pedro Manuel Soares Cardoso.-----

Faltaram, justificadamente os membros Doutora Cláudia Isabel Patrício Couto Vieira, Doutora Maria Olga Rodrigues Malheiro, Engenheiro Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso e o Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, que foram substituídos pelos elementos seguintes nas respectivas listas, Professor José Júlio Nunes Costa, Doutora Ana Oliveira Monteiro, Professor Sérgio Miguel Cardoso de Almeida e Sousa e Doutora Maria Isabel de Almeida Madureira. Faltou, justificadamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Miomães

**HORA DE ABERTURA:-** Eram quinze horas quando o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão.-----

**Neste ponto da Sessão da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara deu a seguinte nota:** “A Câmara está a fazer o processo de “desmaterialização”. As reuniões do executivo já não têm papéis e toda a documentação é enviada por correio electrónico. É um processo administrativo de fiabilidade, muito rigoroso e acessível a todos. Não queremos que a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, nem a sociedade em geral fiquem de fora. A informação é mais rápida, há maior economia e maior rentabilidade O objectivo é estarmos, dentro de um ano, com o sistema completamente integrado. O que está em causa é que todos os membros da Assembleia Municipal possam aceder a tudo, com alguma racionalidade. A proposta que eu fazia era a aquisição de um portátil para a Mesa e para cada líder de bancada. É a principal reforma com mais alcance no futuro numa sociedade como a nossa. Fizemos um grande esforço financeiro para a aquisição de material informático. Todos têm um PC. Gostava que dentro de três meses todos estivessemos dentro do sistema informático. Foi um campo relativamente tranquilo, com evidentes ganhos dentro do município.”-----

Acerca do mesmo assunto, o **Senhor Doutor Jorge Sala** referiu: “Vou dar um apanhado de todo o processo administrativo: **1**-Alteração da rede de dados; **2** -Aquisição de computadores para todos os colaboradores; **3** - Implementação dos serviços de gestão documental; **4** – Extensão da gestão documental à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal; **5** – Rentabilizar este esforço financeiro que passará à comunicação de “Voz” que é utilizar o computador via telefone; **6** – Os objectivos deste projecto são redução/eliminação de papel e eliminação de custos de portes de correio; as comunicações para o exterior passam a ser electrónicas; e a redução de fluxo de documentos; aumento de eficácia e eficiência da informação. Todos os fluxos ficam registados quem os fez, os registou e a que horas. Somos uma das Câmaras pioneiras a trabalhar com a Nova Gestão Documental.”-----

**Senhor Presidente da Câmara:** " Hoje fiz quarenta despachos no computador. Tenho acesso a ver tudo o que se passa na Câmara. Tive acesso a trezentos e sessenta actos dentro da Câmara. É um instrumento de trabalho de grande potencial e um projecto que terá um grande alcance num concelho como o nosso."-----

**Senhor Professor Joaquim Rodrigo:** "Quero felicitar o executivo por estar a fazer esta reforma administrativa, que com certeza irá melhorar a qualidade e aumentar a velocidade de resposta nos serviços prestados aos munícipes. No que toca às propostas feitas para o funcionamento desta Assembleia existem algumas questões que gostaria de ver esclarecidas: O que fazer para os membros da Assembleia que não têm computador? Como vão receber a documentação os membros que não têm E-mail?"-----

**Senhor Presidente da Câmara:** "Sugiro que cada um tire um bocadinho de tempo e se

dirigisse ao senhor Doutor Sala e cada um, per si, seriam atendidos. Todos temos que assumir este processo".-----

**Senhor Joaquim Correia:** " Quando se tomam medidas desta envergadura têm de se ter em conta muitos aspectos. Eu vivo num lugar onde não tenho ADSL. Tenho uma caixa que com uma piada choruda fica cheia. É uma boa altura para se tomarem medidas, devia-se ir junto das entidades para nos dotar de mecanismos de banda larga."-----

**Senhor Presidente da Câmara:** "Contactaremos cada membro a questionar o seu correio electrónico. Sugeria que avançássemos imediatamente e depois vissemos caso a caso."-----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freigil:** " O choque tecnológico chegou a Câmara de Resende. Penso que todos os Presidentes de Junta deveriam de ser dotados de um computador portátil. Nem sempre estamos na Junta de Freguesia.. A Câmara deveria adaptar uma sala para os computadores."-----

**Senhor Presidente da Câmara:** " Mais tarde podemos dotar esta sala de plasmas, com écrans. Podemos também realizar estas sessões no Auditório que está todo apetrechado. deixo esta reflexão. O Senhores Presidentes de Junta podem apresentar candidaturas para estes equipamentos."-----

**Doutora Teresa Pais** questionou onde iriam ficar os portáteis, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que era na casa de cada um.-----

**PERÍODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

**HORA DO PÚBLICO:**-----

Não foram registadas quaisquer intervenções.-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

**APROVAÇÃO DAS ACTAS:**-----

Seguidamente, foram colocadas à discussão as actas das sessões ordinária e extraordinária, dos dias vinte e cinco e vinte e oito do mês de Abril, respectivamente, tendo o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocado as mesmas a votação, sendo aprovada a acta da sessão extraordinária de vinte e cinco de Abril, por maioria, com três votos de abstenção dos membros Professor José Júlio Nunes Costa, Doutora Ana Oliveira Monteiro e Doutora Maria Isabel de Almeida Madureira, por não estarem presentes na referida sessão. A acta da sessão ordinária de vinte e oito de Abril, foi aprovada, por maioria, com quatro votos de abstenção dos membros Professor Joaquim Rodrigo de Matos Ferreira Pinto Pereira, Doutora Ana Oliveira Monteiro e Doutora Maria Isabel de Almeida Madureira, por não estarem presentes nesta sessão ordinária.-----

**LEITURA DE EXPEDIENTE:**-----

Foi feita a leitura do seguinte expediente:-----

**-Circular n.º 61-A/2006-PB, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses , respeitante à Gripe Aviária, a solicitar a divulgação e envolvimento no respectivo processo;**-----

Tomado conhecimento.-----

**Circular n.º 64/EO, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses a enviar a resolução tomada pelo Conselho Directivo da Associação, relativa ao Encerramento dos Serviços de Saúde;**-----

Tomado conhecimento.-----

**- Circular n.º 65/2006/EO, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses a enviar a resolução tomada pelo Conselho Directivo da Associação, relativa à Venda do Património do Estado;**-----

Tomado conhecimento.-----

**- Circular n.º 69/2006-LP, enviada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses respeitante à Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (InnsbruK, Áustria, 10, 12 de Maio de 2006), para debate do Órgão deliberativo;**-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS:-----**

Neste ponto não foram registadas quaisquer intervenções.-----

**ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:-----**

**Neste ponto registou-se a seguinte intervenção:-----**

**Senhora Enfermeira Elsa Rodrigues:** "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Presidente da Câmara Municipal, Caros membros da Assembleia Municipal, Exmo. Público aqui presente, Muito boa tarde. Foi tornado público o novo programa funcional para o Hospital de Lamego, sobre o qual o Sr. Presidente assume a sua posição favorável numa entrevista publicada num jornal regional (Jornal Lamego Hoje, 8 de Junho de 2006). De acordo com o novo programa, o Hospital passará a ter uma urgência básica onde apenas se prestará a mesma assistência que hoje se presta no serviço de atendimento permanente (SAP), o que significa que servirá para triar os casos que deverão ser encaminhados para uma urgência de cuidados de saúde diferenciados, neste caso, Vila Real. O bloco operatório servirá apenas para cirurgias de ambulatório, ou seja, que não implique internamento, funcionando apenas em dias úteis. O internamento contará apenas com a disponibilidade de 30 camas que servirá uma população com mais de 80 mil pessoas, sendo vocacionado apenas para cuidados de convalescença, ou seja, cuidados pós situação aguda, pessoas que necessitam de alguns cuidados até se restabelecerem totalmente ou em casos sociais, até serem reinseridos. Tudo isto significa que os nossos doentes em fase aguda, a necessitar de cuidados de saúde diferenciados, terão de ser internados em Vila Real, o que para uma população cada vez mais envelhecida como a deste concelho, será um rude golpe e, com certeza, representará cuidados de saúde menos humanizados. Em suma, passaremos de um Hospital onde se prestam hoje cuidados de saúde diferenciados, para um Hospital que em termos de funcionalidade não é nada mais do que um Centro de Saúde grande, que servirá mais de 80 mil pessoas. Deixamos clara a posição da Bancada do PSD nesta Assembleia, bem como, a da estrutura concelhia, que é favorável a um Hospital de Lamego onde se prestem cuidados de saúde diferenciados e não a este modelo que o transforma, repito, num Centro de Saúde grande. Gostávamos que o Sr. Presidente da Câmara assumisse a sua posição acerca deste assunto, tão importante para as pessoas deste concelho. Obrigada."-----

**VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES:-----**

Neste ponto nada foi registado.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

**1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COMAS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO E QUE DIZ RESPEITO AO PERÍODO DECORRIDO DESDE A ÚLTIMA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM ABRIL PASSADO. -----**

**1. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA-----**

Continua em curso o processo de informatização e modernização dos Serviços – entrou em funcionamento a Gestão Documental. Na próxima reunião do executivo iniciar-se-á o sistema de reuniões com acompanhamento informático.-----

**2 . SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA-----**

**2.1.** No âmbito das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro está em construção da nova ETAR de Caldas de Aregos.-----

**2..2.** Redes de abastecimento de água e saneamento nas freguesias de: -----

Barrô – Continuam os trabalhos de conclusão das redes na freguesia; - Cárquere – 2ª fase – Continuam os trabalhos; - Entraram em funcionamento as ETAR's de Rendol e Passos em Cárquere, de Outeiro, Carcavelos e Santiago, em Resende e de S. Romão e S. Cipriano.-----

**3.EDUCAÇÃO, ANIMAÇÃO E CULTURA-----**

- Centro Escolar de S. Martinho de Mouros – Estão a decorrer os trabalhos;-----
- O Museu Municipal – Entrou em funcionamento;-----
- O Auditório Municipal – Entrou em funcionamento;-----
- Piscinas Municipais Cobertas – Estão em pleno funcionamento.-----

#### **4. ACÇÃO SOCIAL**-----

- Centro de Noite e Apoio Social de S. Romão – Estão concluídos os trabalhos da 1ª fase; Foi adjudicada a 2ª fase;-----
- Está a decorrer o concurso do Centro de Noite e Apoio Social de Felgueiras.-----

#### **5. DESPORTO**-----

Pavilhão Desportivo de Freigil – estão em curso os trabalhos; - Pavilhão Desportivo de Anreade – estão a decorrer os trabalhos;- Praia Fluvial de Caldas de Aregos – tiveram início os trabalhos;- Arranjo da zona envolvente da Ponte da Lagariça – Vai ser inaugurado no início do mês de Julho próximo; Arranjo da zona envolvente à Ponte da Panchorra – estão a decorrer os trabalhos.-----

#### **6. REQUALIFICAÇÃO URBANA E VIAS MUNICIPAIS** -----

Requalificação do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros – foi feita a adjudicação das obras; - Estão a decorrer as obras de beneficiação da rede viária municipal contemplando drenagens e novos pavimentos nas seguintes vias: - E.N. 222 - (Massorra) - Porto de Rei - E.N. 222 (junto à escola primária de S. Martinho de Mouros) – Foram iniciados os trabalhos de pavimentação; - E.N. 222 - Barracão - S. Martinho de Mouros - Vila Verde - Limites do Concelho; - E.N. 222 - Lages - Córdova - S. Martinho de Mouros; - E.N. 222 - Anreade - S. Romão - S. Cipriano; - Continuam a ser elaborados pelo GAT de Lamego os projectos de aberturas das estradas desde o Pavilhão de S. Martinho de Mouros à E.N. 222 (lugar das Quelhas) e em Resende da Ponte de Fornelos à Rua General Humberto Delgado (desta foram já feitas as marcações no terreno).-----

#### **Assinado o protocolo para a beneficiação das seguintes estradas:**-----

Ligação entre Carril, Louredo, S. Cipriano, Freigil e EN 222; - Ligação entre Resende-Cárquere e Cárquere – S. Romão-----

#### **7. PARQUE EMPRESARIAL DE ANREADE**-----

Está em fase terminal a apreciação na DGOTDU – Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano o Plano Pormenor da Zona Empresarial de Anreade.----  
Aguarda-se parecer do INAG.-----

#### **9. OBRAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA**-----

Estão em curso obras de saneamento e pavimentação em várias freguesias.-----

#### **10. CARGOS A DESEMPENHAR PELO PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

Em 22 de Junho participou na reunião, em representação de Portugal, do Comité das Regiões, em Bruxelas.-----

#### **12. SITUAÇÃO FINANCEIRA**-----

**Receita – 4 264.825,11 euros**-----

**Despesa cabimentada – 12 258 669,02 euros**-----

**Despesa paga – 4 179 788,52 euros.**-----

Paços do Município, 27 de Junho de 2006. O Presidente da Câmara (Eng.º António Borges).--

#### **Tomado conhecimento.**-----

**2- RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE RESENDE DO ANO DE 2005:** - Sobre este assunto vem a referida Comissão apresentar o mencionado relatório, bem como o modelo de recolha de dados daquele mesmo ano.-----

Foi registada a seguinte intervenção da **Senhora Doutora Teresa Pais**: “Cumprimento a todos. Estamos no final do mês de Junho e quero lembrar que tivemos em Resende o Senhor Primeiro Ministro e a Senhora Ministra da Cultura. Foi um momento alto para o nosso

concelho. Quero dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por tudo isto, extensivos também à Senhora Vereadora Dulce. Relativamente ao relatório apresentado pela Comissão de Crianças e Jovens de Resende quero dizer que fiz a respectiva leitura. É uma área muito complicada. Confiamos no trabalho dos técnicos e solicitamos à Câmara Municipal para continuar ou até melhorar todo o apoio que lhes presta. É olhando para os mais vulneráveis que as coisas melhoram. É um problema que tem de ser enfrentado com muita responsabilidade.”-----

**Tomado conhecimento.**-----

### **3- ARRANJO URBANÍSTICO À ENVOLVENTE DA CAPELA DE SÃO DOMINGOS – BARRÔ – RECONHECIMENTO DO INTERESSE MUNICIPAL:-**

Foi presente um requerimento da Paróquia de Barrô, a solicitar que a Câmara declare o interesse municipal no arranjo urbanístico à envolvente da Capela de São Domingos, sito no lugar de São Domingos-Barrô. Sobre este assunto os serviços técnicos informaram o seguinte: “Trata-se de um pedido de declaração (certidão) que ateste o interesse municipal no arranjo da área envolvente à Igreja de Barrô, monumento nacional. A área em causa é abrangida pela Salvaguarda estrita de Reserva Agrícola Nacional (RAN). A declaração de interesse público é solicitada no contexto da condicionante prevista na alínea d) do art. 9º do Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, relativamente à possibilidade de utilização de solos integrados em área de Reserva Agrícola Nacional para fins não agrícolas. O órgão competente para o reconhecimento do interesse municipal no arranjo da área envolvente à Igreja de Barrô, por analogia ao disposto no art. 36º do regulamento do PDM, é a Assembleia Municipal. O reconhecimento do interesse municipal na realização das obra em causa não dispensa o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente a observância das condicionantes aplicáveis em zona de protecção a edifício classificado”. O Chefe da Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico também propôs o reconhecimento nos termos referidos.-----

**Aprovado, por unanimidade, e remeter à Assembleia Municipal para ser reconhecido o interesse municipal.**-----

**Reconhecido o interesse municipal, por unanimidade.**-----

### **4 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS –**

**ALTERAÇÃO:-** É presente o Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas e ao Capítulo III da Tabela de Taxas, Tarifas e Outros Preços que foi submetido à apreciação pública pelo prazo de trinta dias, que terminou no dia vinte do corrente mês, não tendo sido apresentada dentro do mesmo prazo quaisquer sugestões, reunindo, por isso, as condições para ser aprovado.-----

**Aprovado, por unanimidade, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação.**-----

**Submetido o documento à votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.**-----

### **5- REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS ALUNOS DO PRÉ-ESCOLAR E DO 1.º CICLO INSERIDOS NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE RESENDE:**

- O presente regulamento fica apenso à minuta da respectiva acta, fazendo dela parte integrante.-----

**Deliberado, por unanimidade, aprovar o regulamento, devendo o mesmo ser remetido à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Relativamente a esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:-----

**Senhor Professor Joaquim Rodrigo:** “Concordo com o Regulamento em apreço. Acho que é um bom instrumento. A única ressalva é no caso do ensino pré-escolar, que não é obrigatório, e poderia ser mais abrangente.”-----

**Senhora Professora Fátima Matos:** “É a única maneira de termos alunos no pré-escolar. Relativamente às refeições/material oitenta por cento das famílias não irão pagar nem refeições, nem material.”-----

**Submetido o Regulamento à votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.**-----

## **6- CONTRACÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO – INVESTIMENTOS:-**

Tendo sido deliberado na reunião de seis de Junho abrir concurso para a contracção de um empréstimo de 1 106 920,00 euros para financiamento dos seguintes investimentos: Requalificação Urbana da Vila de Resende; Adaptação da Ex-Cadeia a Museu Municipal; Auditório Municipal ; Piscinas Cobertas; Centro Escolar de S. Martinho de Mouros e Arranjo Urbano do Centro Histórico de S. Martinho de Mouros. Foram pedidas propostas a três instituições bancárias (Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, S.A e Banco Santander Totta, S.A). Essas propostas foram analisadas pelo Chefe da DGFSI, tendo este informado o seguinte :“Da análise das propostas apresentadas pelas instituições financeiras referentes à contratação do empréstimo resulta o seguinte: **Montante; Finalidade; Período de utilização; Período de carência.** Relativamente a estas condições as propostas das três instituições são **semelhantes.** **Taxa de Juro Santander Totta.** O Banco Santander Totta indexa o empréstimo à Euribor a 3 meses, acrescida de um “spread” de 0,25%. **BPI** Em relação a esta condição o BPI apresenta uma taxa indexada à Euribor a 1,3 ou 6 meses acrescida de um “spread” de 0,10%. **CGD** A CGD indexa o empréstimo à euribor a 1,3,6 meses, acrescida de um “spread” de 0,093%. **Reembolso dos Juros e do Capital Santander Totta** Possibilidade de amortização mensal, trimestral ou semestral **BPI** Prestações iguais e sucessivas acrescidas dos respectivos juros, ou prestações constantes de capital acrescidas de juros com periodicidade mensal, trimestral ou semestral. **CGD** Prestações postecipadas, iguais e sucessivas de capital e juros, mensais, trimestrais ou semestrais ou em alternativa prestações de capital constante e juros ao saldo (prestações decrescentes).**Reembolso antecipado e comissões e encargos** Relativamente a estas condições as propostas da CGD e BPI são semelhantes, o Santander Totta não refere nada no que respeita ao reembolso antecipado. **Conclusão** Da análise das propostas resulta que **a proposta da CGD é financeiramente mais vantajosa,** uma vez que em relação ao item mais relevante que é a taxa de juro, esta instituição é a que apresenta melhores condições, dado o “spread” ser mais favorável ao Município. Assim, seguindo uma linha de orientação de economia de recursos, a contratação do empréstimo deverá ser formalizada com a instituição que melhores condições financeiras para o Município apresente. **Propõe-se: Que a Câmara delibere aprovar a contratação do empréstimo com a CGD, com um prazo de 20 anos, indexado à Euribor a 3 meses, com amortização Trimestral e submeter a proposta à Assembleia Municipal para apreciação, dado que nos termos do artigo n.º 53º, n.º 2 alínea d), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal “Aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei”.** Sobre este assunto foi presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara: “ **PROPOSTA –** Considerando a análise das propostas apresentadas pelo Chefe da DGFSI; - Considerando que a Câmara deverá assegurar as condições financeiras mais vantajosas, por forma a garantir a economia, eficácia e eficiência da aplicação dos recursos financeiros públicos. **Proponho: a) Que a Câmara delibere submeter à aprovação e autorização da Assembleia Municipal a contratação do empréstimo à Caixa Geral de Depósitos, nas condições indicadas.** Paços do Município, 14 de Junho de 2006. O Presidente da Câmara (Eng.º António Borges).----- **Aprovada a proposta, por unanimidade, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para posterior aprovação.**-----

Relativamente a este assunto foram registadas as intervenções dos seguintes membros:-----  
**Senhor Professor Joaquim Rodrigo:** “O empréstimo em causa, por si só, não irá afectar a gestão da Câmara. No entanto, já o ano passado esta Assembleia autorizou a contratação e um empréstimo de uma quantia semelhante e nada nos garante que para o próximo ano novo empréstimo venha a ser solicitado, e assim sendo, o acumular de empréstimo irá, sem dúvida, por em causa a gestão futura do Município. Gostava também que o Sr. Presidente esclarecesse o porquê de neste empréstimo virem mencionadas verbas para obras que já tinham sido contempladas no empréstimo anterior como as do Auditório Municipal e do Centro Escolar de

S. Martinho de Mouros.-----  
Apesar destas considerações, o Sr. Presidente é que gere a Câmara e, para isso, é que foi eleito, pelo que nos absteremos na votação.”-----

**Senhora Doutora Teresa Pais:** “As Câmaras Municipais não podem ultrapassar os limites do endividamento exigido por Lei. Todas as coisas são feitas com a maior racionalidade. É um empréstimo para saldar dívidas anteriores. O nível de endividamento é igual ao de há cinco anos e isto significa que tem havido controle e organização. Continuaremos a acreditar no nosso executivo.”-----

**Senhor Joaquim Correia:** “A capacidade de 52% para 32% para evoluir nestes parâmetros há compromissos, muito avultados, e que terão de pagar. Num empréstimo destes moldes, duzentos mil contos a vinte anos, amortizando dez mil contos por ano e uma margem de 5%, obrigará a amortizações volumosas. É que acabando estes empréstimos, esta capacidade não vai aumentar de ano para ano, mas sim manter esses 5%. É necessário aumentar as receitas.”-----

**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a contracção deste empréstimo também se justificava pelas revisões de preços de algumas obras, que eram obrigatórias e que tinham de ser pagas pelo dono da obra. Referiu, ainda, que se havia possibilidade de desafogar a Tesouraria, não havia problema algum. Que esta operação financeira tinha grandes reflexos na estrutura da dívida e que, de momento, a estrutura do município era uma estrutura equilibrada. De seguida, referiu o Parque Eólico, informando que, quando estivesse a funcionar, suportaria mais de metade do serviço da dívida da Câmara Municipal de Resende e afirmou que, actualmente, a Câmara tinha muito mais capacidade económica do que tinha anteriormente e que estas matérias deviam ser tratadas com o rigor que merecem.-----

**Submetida a proposta a votação foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo vinte e quatro votos dos membros da Bancada do Partido Socialista, três votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Ovadas, Panchorra e Paus, do Partido Social Democrata e oito votos de abstenção dos membros da Bancada do mesmo Partido Político (PSD).**-----

**7- CARTA EDUCATIVA:-** Sobre este assunto é presente a Carta Educativa do Concelho de Resende, a fim de ser dado cumprimento ao disposto no artigo dezanove do Decreto-Lei número sete/ dois mil e três.-----

**Deliberado, por unanimidade, aprovar o documento e remeter o mesmo à Assembleia Municipal para posterior aprovação.**-----

Sobre esta matéria foram registadas as seguintes intervenções:-----

**Doutora Teresa Pais:** “É neste documento que tudo quanto se relacione com as potencialidades educativas tem de estar previsto. O executivo já teve a capacidade antecipada para prevenir o abandono e o insucesso escolar. São estas novas formas que nos dão uma visão mais estratégica e mais sustentada de olharmos para o futuro.”-----

**Senhora Professora Fátima Matos:** “No concelho de Resende só desapareceram quatro escolas. Com a implementação do Centro Escolar de São Martinho de Mouros já tudo será diferente.”-----

**Senhor Professor Joaquim Rodrigo:** “Quem elaborou este documento fez um bom trabalho. Seria bom enviar às Escolas.”-----

**Senhor Presidente da Câmara:** “Tudo está na NET. Não estivemos à espera de que alguém nos dissesse as coisas. É uma vergonha a taxa de insucesso escolar no nosso concelho. Esta é a grande reforma. Fica a garantia de fazermos o Centro Escolar de São Cipriano. Temos condições para reduzir o insucesso.”-----

**Senhora Professora Fátima Matos:** “Existe uma franja do nosso concelho que é muito carenciada. O ambiente social é muito complicado.”-----

**Submetido o documento à votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.**-----

**8- GENERG SGPS – AQUISIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:** -Foi presente um ofício da GENERG SGPS, que informa relativamente ao protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Resende em 16/12/2004, que a Megavento se comprometeu a disponibilizar uma posição relativa a 6.7% do capital social da sociedade, pelo que solicita que esta Edilidade proceda à entrega das prestações acessórias no montante de 120.987.86 euros, conforme discriminado. Ao referido ofício foi prestada a informação dos Serviços Jurídicos desta Câmara que a seguir se transcreve: “**INFORMAÇÃO ASSUNTO: AQUISIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL / COMPRA DA OPÇÃO DO CAPITAL DETIDA PELA CÂMARA** O proposto pela MEGAVENTO - Produção de Electricidade, Sociedade Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, é efectuado na sequência do protocolo celebrado com esta Câmara em Dezembro de 2004, após a sua aprovação pelas Câmara e Assembleia Municipais em 8 e 30 de Setembro de 2004, respectivamente, sendo que sobre aquela proposta informo o seguinte:-----

1- O valor referente ao capital social que a Câmara concordou em comprar – 6,7%, confere com o constante daquele protocolo e o das prestações acessórias só não confere (é menor), face ao valor do investimento que se verifica ser um pouco mais baixo do que o previsto anteriormente (10,2 milhões de euros para os 9 028 945,00€ actuais);-----

2- O valor total a realizar pela Câmara é de 120 987,86€, o que de acordo com o n.º 4 da cláusula 3.<sup>a</sup> do protocolo poderia acontecer até 6 meses após o início da exploração do parque eólico; 3- No protocolo assinado ficou estabelecido que caso a Câmara pretendesse vir a alienar a sua posição social, a MEGAVENTO abdicaria do seu direito de preferência, com a condição da alienação ser efectuada a entidades públicas ou privadas com domicílio fiscal neste concelho, no entanto no ano findo aquela sociedade comunicou não poder abdicar daquele direito, tendo então remetido aditamento àquele e ao acordo parassocial, documentos que não foram ainda assinados; 4- Aquela situação foi submetida a parecer jurídico externo, que veio a indicar que aquela alteração será de aceitar “se a Generg entregar à Câmara Municipal, em prazo a definir por aditamento no protocolo, o valor da participação que detém e que equivale a, aproximadamente, 200 000,00€.” 5- A MEGAVENTO disponibiliza-se a adquirir a opção do capital detida pela Câmara pelo montante de 200 000,00€ (pretendendo que aconteça até ao fim do corrente mês), caso a Câmara não pretenda realizar o citado capital social. Assim, deve o assunto ser presente aos órgãos executivo e deliberativo, para decisão. 2006-06-16. A Técnica Superior de 1.<sup>a</sup> Classe/Jurista, (Cesaltina Dias)”-----

**Aprovado, por unanimidade, devendo o assunto ser remetido à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

**Submetido o assunto à votação foi o mesmo aprovado, por unanimidade.**-----

**Por fim, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Resende, deu por encerrada a sessão, eram quinze horas e trinta minutos, tendo sido aprovados em minuta os assuntos que tinham sido submetidos, pela Câmara Municipal, a esta sessão da Assembleia, para apreciação e aprovação.**-----

**E eu, \_\_\_\_\_, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa, dos Assuntos Culturais e Desportivos da Câmara Municipal, a subscrevi e assino.**-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_